



| RESEÑAS IBEROAMERICANAS

| IBEROAMERICAN REVIEWS

SARA TORRES / PABLO ROJAS / CARLOS GARCÍA / VIRGINIE GIULIANA / ARTURO PARADA / JOHANNA VOLLMEYER / MARÍA UEHARA / MANUEL GARCÍA SERRANO / INEKE PHAF-RHEINBERGER / MARTA QUESADA VAQUERO / BORJA CANO / ANDER DELGADO / PEDRO OLIVER OLMO / PEDRO BARRUSO BARÉS / CARLOS LARRINAGA / WOLF BEHNSEN / CARLOS MANUEL OLANO / MARCIO BARBATO DE OLIVEIRA / ALEJANDRA BUENAVENTURA GÓMEZ / LUIS ÁLVAREZ GUTIÉRREZ / CATHERINE ARISTIZÁBAL B. / NELSON A. ROJAS / JORUN POETTERING / JUAN CARLOS SOLA CORBACHO / MARIAH FREITAS MONTEIRO / JAN MÜLLER / JULIO PEÑATE RIVERO / STEFANIE LANGNER / ALEJANDRA BUENAVENTURA GÓMEZ / FÉLIX JIMÉNEZ RAMÍREZ

1 LITERATURA IBÉRICAS: HISTORIA Y CRÍTICA

Sören Brinkmann: *Milch für die Tropen! Lebensmittelkontrolle und Ernährungs-politik am Beispiel der städtischen Milch-versorgung in Brasilien (1889-1964)*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag (Beiträge zur Europäischen Überseegeschichte, 111) 2020. 210 páginas.

Cada vez mais pessoas consideram o leite de vaca insalubre. Cerca de 75% da população mundial sofre de intolerância à lactose, o que significa que é incapaz de digerir o açúcar do leite. O consumo de leite e de produtos lácteos leva a dor de barriga e outros incômodos gastrointestinais nas pessoas afetadas. Além disso, muitos parecem não tolerar a proteína do leite e, por isso, sofrem de doenças res-

piratórias crônicas, infecções frequentes e dores de cabeça. Mesmo o argumento frequentemente citado de que o cálcio contido no leite evita fraturas ósseas e osteoporose parece ser questionado por especialistas hoje.

Como Sören Brinkmann mostra em seu fascinante estudo sobre o fornecimento de leite no Brasil, isto foi visto de maneira diferente por muito tempo. Já no início do século XIX, o leite de vaca era descrito como o “mais perfeito” (p. 11) de todos os alimentos devido a sua riqueza em nutrientes. Com o advento do “Novo Conhecimento da Nutrição” na década de 1920, nutricionistas, autoridades estaduais de saúde e a indústria de laticínios defenderam que qualquer pessoa do globo deveria beber leite todos os dias. Em meados da década de 1930, a organização de saúde da Liga das Nações chegou a recomendar um consumo mínimo diário de meio litro de leite para adultos e um litro para crianças. Nas regiões tropicais, no entanto, o leite também estava associado a um alto risco para a saúde, pois era um líquido extremamente frágil e suscetível a patógenos de todos os tipos se não fosse resfriado o suficiente. Em particular, o leite cru foi responsável pela transmissão da tuberculose de bovinos para humanos. Segundo Brinkmann, por essas razões o consumo de leite continuou representando um sério problema de saúde pública no Brasil até a segunda metade do século XX.

No século XIX, os residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo eram abastecidos principalmente por comerciantes ambulantes que percorriam a cidade com vacas individuais e ordenhavam o leite fresco na porta do cliente (os chamados vaqueiros),

ou que vendiam o leite em jarros, proveniente de estábulos urbanos e que era frequentemente diluído. Além disso, havia leite condensado e em pó importado da Europa e dos Estados Unidos, mas durante muito tempo seu consumo se restringia à classe alta. Tanto o leite fresco quanto as conservas serviam inicialmente como alimento para bebês e crianças pequenas, pois as mães ou não podiam amamentar seus filhos (se pertencessem às classes socialmente desfavorecidas) ou não queriam amamentá-los (se pertencessem às classes privilegiadas). Gradualmente, mais e mais leite do interior foi comercializado nas metrópoles. Devido às precárias condições de produção e transporte, este leite não teve uma boa reputação junto aos consumidores. Não obstante, nas primeiras duas décadas do século XX, a indústria de laticínios no Sudeste e Sul do Brasil passou de uma indústria marginal e negligenciada para um ramo próspero da economia.

Brinkmann concentra sua análise nos discursos e nas ações do Estado, interpretando este como ator-chave da “política do leite”. Enquanto que no final do século XIX e início do século XX via seu papel em garantir a confiabilidade do produto, desde a década de 1920 seus esforços visaram aumentar o consumo de leite no interesse da saúde popular. Brinkmann nota uma virada nítida com a chegada do governo intervencionista de Getúlio Vargas. O clima eufórico desencadeado pela Revolução de 1930 refletiu-se, entre outras coisas, na visão de que os problemas de desenvolvimento nacional se deviam à má nutrição e podiam ser sanados com o consumo de leite. Com uma consistente “racionalização” dos hábitos alimentares,

as massas trabalhadoras das cidades deveriam ser “regeneradas”. O diretor da Inspeção de Policiamento da Alimentação Sanitária do estado de São Paulo declarou em 1940, empregando um discurso eugênico: “As pessoas que consomem leite em grandes quantidades estão destinadas a formar uma raça forte e saudável que está à altura de todos os desafios na luta pela sobrevivência” (p. 111). Desde meados da década de 1950, o consumo de leite foi mais uma vez redefinido por meio dos programas de nutrição de emergência no Nordeste rural; o leite em pó usado nestes programas veio em grande parte de doações internacionais.

Um assunto central para Brinkmann é a “eficiência” das ações governamentais em relação à higiene e ao abastecimento da população urbana –um conceito que parece ter origem no próprio discurso dos defensores do consumo de leite e que, tendo em conta a interpretação fortemente ideológica deste consumo, deveria ser questionado. Talvez a baixa ingestão de leite em relação ao Norte da Europa não se devia apenas ao “atraso extremo e à falta de avanços de produtividade nos sistemas produtores” (p. 121), mas também a uma baixa demanda. Como Brinkmann explica em sua introdução, hoje cerca de 50% das pessoas no Brasil com ancestrais predominantemente europeus sofrem de intolerância à lactose, os negros são afetados por cerca de 70 a 80% e as pessoas de origem japonesa por 100%. As “reservas profundamente arraigadas na cultura popular” (p. 143) contra o consumo de leite, criticadas pelo diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social de Getúlio Vargas, que levaram quase 60% dos visitantes aos restaurantes populares a re-

jeitar categoricamente o copo de leite grá-tis, podem muito bem ter sido racionais!

O foco do trabalho de Brinkmann está nas duas maiores cidades do país, Rio de Janeiro e São Paulo. Nessas metrópoles, a Secretaria da Saúde Pública estabeleceu uma correlação positiva entre a renda familiar e o consumo de leite nos anos 1936/37. No Rio de Janeiro o consumo per capita diário nesse período foi de surpreendentes 277 ml; apenas cerca de 16% das famílias não bebiam leite. Será que o *boom* do leite foi um projeto das classes mais abastadas, urbanas e brancas, voltadas para os hábitos de consumo da Europa e dos EUA? E qual foi o papel dos imigrantes de língua alemã no consumo do Rio e de São Paulo? Como Brinkmann menciona repetidamente, as fontes disponíveis para lidar com seu tópico têm sido insatisfatórias. Mas não teria sido possível perguntar a idosos de diferentes grupos populacionais sobre seu consumo e suas memórias do leite naquela época?

Além de razões ideológicas, é provável que a política do leite também tenha sido fortemente influenciada pelos interesses dos produtores. Brinkmann apresenta uma ampla gama de atores nesta área. Menciona que as terras nas regiões do Sudeste do Brasil, que foram deterioradas pelo cultivo intensivo do café, foram revalorizadas com a criação de pastagens. O leite do interior era produzido muito mais barato do que o dos comerciantes ambulantes e passou a ser pasteurizado cada vez mais. Além disso, as prefeituras procuraram coibir as atividades dos vaqueiros e fornecedores autônomos de leite por meio de normas sanitárias ou mesmo livrando-se deles totalmente. Mas estes se defenderam repetidas vezes. O

auge do conflito foi atingido em 1918 com um veredicto de um juiz federal que acusou a cidade do Rio de “malditas intenções anarquistas” (p. 72) e colocou os vendedores de leite sob proteção policial contra os fiscais sanitários municipais. Foi somente com o governo autoritário de Getúlio Vargas que as autoridades conseguiram desmontar os estábulos da cidade. O procedimento levou a outra onda de protestos, mas esta só foi capaz de retardar o fim dos pequenos negócios até 1938. A partir de então, os vaqueiros passaram a fazer o comércio de leite de forma clandestina.

Provavelmente, a empresa mais importante no fornecimento de leite brasileiro era o grupo Nestlé, que já havia recebido autorização de importação para sua “farinha láctea” (mistura de leite em pó, pão moído e açúcar) em 1875 e que consolidou a sua atividade com a produção local de farinha láctea, leite condensado e leite em pó a partir de 1921. Em 1945 a empresa reagiu a uma crise de abastecimento de leite devido à guerra com o leite em pó denominado “Ninho” e, com ele, passou não só a dominar o mercado nacional de leite, como também subiu para o quarto lugar na produção de leite em pó em nível global. Para a década de 1930, Brinkmann documenta a estreita cooperação entre as empresas de laticínios e o governo. Para o resto do tempo, ele se abstém de avaliar o papel das empresas na propagação do consumo; surpreendentemente, nem leva em consideração a bibliografia existente sobre as operações internacionais do Grupo Nestlé.

Mas essas são apenas críticas menores que a ocupação aprofundada com este livro inteiramente interessante e cuidado-

samente redigido e editado levanta. Em suma, recomenda-se a leitura para todos que tratam de temas ligados à história nutricional, história da pecuária, ao autoritarismo e à diferenciação social.

JORUN POETTERING
(UNIVERSITÄT HAMBURG)